

***A Nouvelle Histoire e os Annales:* entre continuidades e rupturas**

 **José D'Assunção Barros**

Doutor em História
Universidade Federal Fluminense

Resumo:

Este artigo visa examinar as especificidades do modelo historiográfico proposto por alguns dos principais historiadores pertencentes à terceira fase do movimento dos *Annales*. Depois de uma discussão inicial sobre o contexto histórico e institucional que introduz a ocorrência de uma nova fase do movimento dos *Annales*, em ruptura com a direção de Fernand Braudel, são discutidas as continuidades e descontinuidades historiográficas entre a terceira geração dos *Annales* e as duas primeiras gerações. A ruptura com o projeto de história total nesta historiografia francesa é o principal ponto. Também é discutida a história das mentalidades, um dos principais campos de projeção para a terceira geração dos *Annales*.

Palavras-chave:

Braudel, Fernand, 1902-1985
Escola dos Annales
Historiografia — França

Na história da historiografia europeia, o ano de 1968 é habitualmente apontado como um marco de uma nova fase na história do célebre movimento dos *Annales*. Muitos veem nesta data o fim do movimento, no sentido de que acreditam que o que se seguiu foi um outro tipo de historiografia. Outros consideram este ano como a véspera do início de uma nova fase deste mesmo movimento, e é aqui que se utiliza a expressão “terceira geração dos *Annales*”, ou “terceiros *Annales*”, para designar os novos historiadores franceses em ascensão e agora na direção do movimento, já que Braudel resolve — na verdade atendendo a muitas pressões — partilhar a direção institucional da Revista dos *Annales* com um comitê que inclui Jacques Le Goff, Marc Ferro e Emmanuel Le Roy Ladurie, além de Robert Mandrou (e depois André Burguière e Jacques Revel) na posição de Secretário Geral da Revista.¹ François Furet também será um nome importante, a julgar por alguns dossiês da revista que são publicados sob sua responsabilidade.

A definição de 1968 como marco que assinala uma nova fase dos *Annales* é autorizada pelo próprio Braudel, que no editorial para um dos números da Revista dos *Annales* de 1969 (n° 3) anuncia que os *Annales* haviam “mudado de pele”.² Seu tom será de retirada, apesar de seguir como uma referência para o movimento, e o pouco que escreveu para a revista a partir de então denuncia que ela tomava um rumo que não era o que ele desejava. Braudel chega a explicitar isto em algumas ocasiões, e de certo modo até abre espaço não apenas para que surja uma leitura da descontinuidade entre os terceiros *Annales* e os *Annales* anteriores, como também para que seja proposta a tese de que já não há, desde aí, uma grande unidade no movimento, “uma diretriz comum”, ou aquele plano maior cuja ausência levará autores como François Dosse e Josep Fontana a verem como uma historiografia fragmentada esta exuberante multiplicação de temáticas desligadas do projeto de uma “história total”.³ Deste modo, pode-se dizer que

1 Há controvérsias em torno de como se teria dado esta passagem de poder. Marc Ferro sustenta que um novo grupo teria conseguido “defenestrar o velho mestre” (Josep Fontana, *A História dos homens*, Bauru, EDUSC, 2001, p. 279). De todo modo, os fatos são bem conhecidos: em 1969 Braudel cede o controle editorial dos *Annales* ao novo grupo, e em 1970 demite-se da presidência da VI seção da *École Pratique de Hautes Études*, que logo se transformaria em universidade com o nome *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS). Sobre isto, ver Immanuel Wallerstein, “O homem da conjuntura”, in: Yves Lacoste (Org.), *Ler Braudel*, Campinas, Papyrus, 1989, p. 16.

2 Fernand Braudel, “Les «nouvelles» Annales”, *Annales ESC*, 3 (1969)3, p. 571.

3 François Dosse, *A História em migalhas*, São Paulo, Unicamp, 1994 (original: 1987); e “L’Histoire en miettes: des Annales militantes aux Annales triomphantes”, *Espaces Temps*, 29 (1985), p. 47-60; Josep Fontana, “Ascenso y decadencia de la escuela de los Annales”,

o próprio Braudel será o primeiro grande crítico da nova geração de historiadores annalistas, e o primeiro a insinuar que o grupo deixou que se perdesse o antigo projeto de “história total” problematizada que fora o traço geral das gerações anteriores.⁴

Outro indício da ruptura entre a nova geração dos terceiros *Annales* e Braudel é a nova postura adotada por este em relação à ideia de que a herança dos primeiros *Annales* estaria toda concentrada em um único movimento. Agora Braudel parecia estimular a formação de novos grupos que reivindicavam a herança de Bloch e Febvre. Motivou por exemplo a criação de uma nova revista, a *Review*, sediada nos Estados Unidos e comandada por Immanuel Wallerstein, um historiador que combinava as influências do marxismo e dos primeiros *Annales* e que estaria à testa do *Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems and Civilizations*, criado em 1976 na Universidade de Binghamton. A *Review* colocava-se como herdeira das propostas historiográficas dos primeiros *Annales*, e Braudel chegou a dar uma entrevista para um de seus números na qual falava de sua trajetória nos *Annales*.⁵ O ano de 1968 realmente aparece como um incontornável *limes* na história da escola historiográfica.

Não é apenas esta mudança institucional nos *Annales* que dá ao ano de 1968 a posição de um marco na história do movimento. Para começar, há todo um contexto histórico mais amplo que faz do período que se segue a esta data uma nova era. O próprio ano de 1968 ficou celebrizado na história contemporânea por ter trazido uma série de movimentos sociais, políticos e contraculturais em escala mundial. Acontecimentos impactantes assinalam a sua passagem, tais como o assassinato de Martin Luther King, a Guerra do Vietnã e os protestos que a ela se opuseram, além de greves gerais e manifestações estudantis no mundo inteiro, para as quais o movimento de maio de 1968 na França tornou-se um símbolo.⁶ Muitos sociólogos e

in: Charles Parain (Org.), *Hacia una nueva Historia*, Madrid, Akal, 1976; e *A História dos homens*.

4 Diz-nos Braudel, em um sintomático texto que leva o sintomático título de “à guisa de conclusão”: “Donde eu não estou de acordo com meus sucessores, é em que eles não escolheram qualquer linha diretriz”. Fernand Braudel, “En guise de conclusion”, *Review*, I, 3-4 (1978), p. 251.

5 Braudel, “En guise de conclusion”.

6 Em 2 de maio de 1968, na França, sob a liderança de estudantes da Universidade de Paris, ocorre um grande e emblemático movimento de protestos sociais, cuja repressão violenta termina por potencializá-lo ainda mais. Ao mesmo tempo, ocorre uma greve geral na França, com a adesão de dois terços dos trabalhadores franceses. Esta Greve Geral adquire enormes proporções sociais, embora tenha sido desencorajada pelo Partido Comunista Francês, que

historiadores avaliam o conjunto de acontecimentos dramaticamente expressos por este ano, e a própria década de sessenta como um todo, como ponto de chegada de um grande processo, e estendem para depois deste ano o período de ruptura.⁷ Enquanto isto, outros avaliam o ano de 1968 como ponto de partida de novos tempos, ele mesmo produtor de rupturas importantes. De todo modo, a data se tornou emblemática.

Evidencia-se também uma mudança na historiografia — o que, aliás, é a questão principal a ser aqui considerada — e isto não apenas no que se refere à Escola dos *Annales* ou mesmo à historiografia francesa. Os novos tempos começavam a trazer um novo padrão historiográfico, novas aberturas, retornos e possibilidades, e também incertezas para os historiadores no que se refere à natureza do conhecimento que produzem e ao papel do conhecimento histórico na sociedade. Entre os “retornos historiográficos”, há a retomada da narrativa, do político, da biografia, aspectos que haviam sido de alguma maneira reprimidos ou secundarizados pelo padrão historiográfico anterior, e que agora reemergiam com inesperado vigor. Entre as novidades, postula-se a possibilidade de examinar a história de acordo com uma nova escala de observação — atenta para o detalhe, para as microrrealidades, para aquilo que habitualmente escapa ao olhar panorâmico da macro-história tradicional — e é a esta nova postura que se passou a chamar de micro-história.⁸ Intensifica-se também o olhar do historiador sobre o seu próprio discurso, e o fazer historiográfico, mais do que nunca, será ele mesmo um objeto privilegiado de estudo. De igual maneira, o principal das preocupações historiográficas parece se deslocar para o âmbito da cultura, de modo que a história cultural passa a ocupar uma posição central no grande cenário das modalidades historiográficas.

então atendia à orientação stalinista. O governo De Gaulle se vê fortemente abalado, sob risco de entrar em colapso. Mas então o movimento termina por se dissipar, tão misteriosamente quanto explodira. Deixava atrás de si, todavia, questionamentos vários, tanto com relação ao governo, como em relação às esquerdas oficiais e ortodoxas. O movimento também trouxera à baila questões inéditas como a da sexualidade, além de uma nova proposta para a educação. O filósofo italiano Antonio Negri assim sintetiza o movimento: “Havia um ar estranho; a revolução inesperada arrastara o adversário, tudo era permitido, a felicidade coletiva estava desenfreada”. Ver também Wallerstein, “O homem da conjuntura”. Sobre a influência do Maio de 1968 na historiografia, ver François Dosse, “Os herdeiros divididos”, in: Lacoste (Org.), *Ler Braudel*, p. 161-173. Um depoimento importante, escrito no calor dos acontecimentos, foi escrito por Michel de Certeau entre maio e setembro de 1968, no texto que dá título a uma coletânea de ensaios publicada por este autor: Michel de Certeau, *La prise de parole — et autres écrits politiques*, Paris, Seuil, 1994.

7 Michael Bentley, *Modern historiography: an introduction*, London, Routledge, 1999, p. 137.

8 Para um estudo sistemático da micro-história italiana, ver: Henrique Espada Lima, *A micro-história italiana — escalas, indícios e singularidades*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

Entre as incertezas, o “giro linguístico” iniciado nos anos 1960 — que começara a discutir mais enfaticamente o estatuto da ideia de “realidade” e a apresentar a visão de que “tudo é discurso” — não tardaria a atingir a própria historiografia, mais particularmente a partir dos anos 1980. Questiona-se a possibilidade, para o historiador, de se referir a uma realidade histórica que tenha efetivamente existido da maneira conforme o historiador a apresenta, e no limite se coloca a possibilidade de que a historiografia não seja mais do que ficção literária. Além disto, as metanarrativas — grandes discursos ou concepções que viam na história um sentido, uma finalidade, um sistema extremamente coerente ou uma caminhada inevitável regida pelo progresso — começam a perder a credibilidade, introduzindo-se com isto um novo ambiente cultural que diversos autores denominam “pós-modernidade”.

Este é o novo contexto que presidirá a chamada terceira fase da Escola dos *Annales*, se quisermos concordar com a tese da continuidade (isto é, de que, com estes novos historiadores a quem passa a direção da Revista dos *Annales*, ainda estaremos fundamentalmente tratando da mesma escola que fora a de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel). Na França, a “revolução inesperada de 1968”, que eclodira de repente nas ruas, nas universidades, nas fábricas, nos teatros, e que rapidamente se dissipara, parece ter também inspirado os jovens historiadores dos *Annales* a fazerem a sua própria ‘revolução inesperada’ contra aquele que até então fora líder absoluto, o velho Braudel.⁹ Algo mudava a ritmos muito rápidos. Não tardaria muito para que, em fins dos anos 70, todo um modelo historiográfico predominante apresentado pelo movimento dos *Annales* começasse a ser veementemente contestado, particularmente no que se refere ao padrão de cientificidade que era prometido pela história serial e pelas abordagens quantitativas. De igual maneira, a ideia de uma “história total” é contraposta desde inícios da década de 1970 por uma historiografia que muitos passarão

9 Mais tarde, não faltarão estudiosos do movimento dos *Annales* que discorrerão sobre os amplos poderes de Braudel, que dominam toda a segunda geração dos *Annales* e que permitem seu controle da Revista dos *Annales* entre os anos de 1956 (morte de Febvre) e 1969 (período que o destrona a partir da revolução inesperada). Sobre o poder institucional de Braudel, ver: André Burguière, “L'épopée du roi Braudel”, *Le Nouvel Observateur*, 1100 (1985). É também interessante conferir o pequeno capítulo de Marc Ferro sobre o “maio de 1968 na França”, in: *O ressentimento na História*, Rio de Janeiro, Agir, 2009, p. 80-88 — ele mesmo um dos historiadores que seria alçado ao poder na nova geração dos *Annales*. Marc Ferro desenha o Maio de 1968 como um movimento contra a autoridade e o autoritarismo, no qual alunos questionam seus professores, os operários afrontam a disciplina de fábrica, e os próprios atores teatrais expulsam os seus diretores para rediscutir uma autogestão dos espetáculos teatrais. Uma tal manifestação contra todas as formas de poder centralizado, podemos acrescentar, tinha tudo para atingir o velho mestre Braudel, o poderoso líder do movimento dos *Annales*.

a compreender como fragmentada, como uma “história em migalhas”. François Dosse, um dos contumazes críticos da nova geração dos *Annales*, irá centrar neste ponto a sua argumentação de que a *Nouvelle Histoire* posterior a 1968 já não tem ligações com a Escola dos *Annales* de Febvre, Bloch, Labrousse ou Braudel.

É importante ressaltarmos ainda que, no caso da história da Escola dos *Annales*, ocorreu uma singular coincidência entre um ano emblemático — o “1968” da “revolução inesperada” — e a chegada à maturidade de uma nova geração. Se adotarmos as premissas geralmente aceitas de que as gerações se renovam mais ou menos de vinte em vinte anos (uma cronologia grosseira, mas que permite alguma aproximação do problema), o marco de 1969 realmente se destaca como uma terceira geração em relação a um movimento cujo nascimento simbólico e institucional situa-se em 1929. Pierre Chaunu, um dos nomes da nova geração de annalistas, reforça esta ideia, mostrando que os novos historiadores à testa dos *Annales* também se viam desta forma, a saber, como uma nova geração historiográfica, mas que ao mesmo tempo conservava vínculos com as duas anteriores:

Por outro lado, os homens que, no início dos anos da década de 1970, têm entre quarenta e cinquenta anos de idade, e estão colocados por este fato em cargos de responsabilidade, possuem uma memória e uma experiência que alcançam o limiar da década dos anos 1930. A ação das gerações delimita, portanto, quase necessariamente, na aventura do espírito, essa duração de um curto meio século que é, “para os mais robustos” de nós, a duração da vida adulta no que diz respeito a um trabalho real.¹⁰

São controversas as razões mais diretas que teriam motivado uma ruptura menos ou mais aberta entre estas duas gerações dos *Annales*. Seria a “insurreição inesperada” dos novos annalistas uma reação contra o centralismo ou “autoritarismo” da direção de Braudel? Ou o principal motivo das divergências estaria em um confronto de concepções historiográficas? Sabe-se que o modelo predominante nos *Annales* realmente mudou de uma para outra época, e que o projeto de alcançar uma história total foi gradualmente abandonado, pelo menos nos moldes em que o definia Fernand Braudel. Mas teria ocorrido primeiro a mudança político-institucional nos

10 Pierre Chaunu, *História, Ciência Social*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 74 (original: 1974).

quadros da revista, com a “defenestração” de Braudel, e foi isto o que abriu espaço para uma renovação e mudanças de rumos no âmbito das concepções historiográficas dos *Annales*?¹¹ Ou, inversamente, uma nova geração já vinha gestando uma nova concepção historiográfica, que agora relativizava o projeto de “globalidade historiográfica”, e, a partir daí, ao pressionar a revista na direção de uma mudança de rumo, o embate entre estas duas posições acabou com a deposição de Braudel? Algumas críticas de Braudel a trabalhos dos historiadores da nova geração de *annalistas*, como os de François Furet, parecem revelar que nos anos 1960 já começava a surgir no horizonte dos *Annales* um novo modelo historiográfico que não tardaria a se entrecroçar com o modelo estrutural de Braudel.¹² Posteriormente, seria a vez de ser enviado ao limbo historiográfico o outro modelo que fizera fortuna na segunda geração dos *Annales*, o serialismo quantitativista de Ernest Labrousse.

11 A palavra “defenestração”, que literalmente significa “atirar alguém pela janela” (*fenêtre*, em francês) tem sido empregada como metáfora para as deposições súbitas de indivíduos que ocupam posições de poder. O modelo para esta metáfora é o episódio político que ficou conhecido como “Defenestrações de Praga” (1619). Nesta ocasião, um grupo insatisfeito de nobres protestantes invadiu o palácio do governo, em Praga, e os insurrectos terminaram por literalmente arremessar os membros do Governo Imperial pelas janelas. Desde então, a palavra “defenestrar” tem sido utilizada com sentido simbólico, e é este o uso que o historiador espanhol Josep Fontana dá à palavra ao se referir à deposição de Fernand Braudel por seus antigos subordinados nos quadros hierárquicos da Escola dos *Annales*. Simbolicamente, foi isto mesmo o que aconteceu, porque é sensível o afastamento de Braudel em relação à revista e ao grupo, mesmo que sem maior alarde. A entrevista de Braudel intitulada “à guisa de conclusão”, citada anteriormente, é esclarecedora com relação a estes eventos. Fontana, *A História dos homens*, p. 279.

12 Braudel, a despeito do relativo ostracismo que passou a enfrentar por parte da nova geração de historiadores dos *Annales*, ainda teria muitos anos de vida historiográfica, e concluiria, em 1979, outra obra monumental: *Civilização material, economia e capitalismo* (o primeiro volume já havia sido publicado em 1967). Nos últimos anos de vida, ainda trabalhava em outra grande obra — *A identidade da França* — da qual foi publicada a primeira parte. Josep Fontana faz alguns comentários sobre os estranhamentos entre Braudel e o novo grupo de *annalistas*, no período pós-1968: “Mais tarde, já fora da revista, [Braudel] criticaria com mais dureza ainda a frivolidade e culto à moda dos sucessores, que lhe responderiam, esquecendo-se dele nos muitos anos que lhe restavam de vida. Quando da morte de Braudel, [a revista dos] *Annales* limitou-se a uma necrologia — na qual eram reconhecidas as divergências e se afirmava que suas críticas eram injustas — e a um suposto número de homenagem no qual praticamente não se falava no velho mestre. Seria necessário que se passassem alguns anos para que houvesse uma recuperação *post-mortem* de Braudel pelos próprios defenestradores, que fariam agora a sua hagiografia, por não temerem mais nenhum tipo de resposta”. Fontana, *A História dos homens*, p. 279. Por outro lado, é preciso lembrar que, no período pós-68, Braudel fez novas alianças com historiadores fora do circuito francês. Um deles, o historiador americano Immanuel Wallerstein, passou a reivindicar a herança teórico-metodológica dos primeiros e segundos *Annales*. Outro deles, Ruggiero Romano (1923-2002), escreveria um livro cujo título já diz tudo — *Braudel y nosotros* (1995) — e seria apenas um dos vários historiadores italianos fortemente conectados a Braudel, como Chabod, Sapori, Venturi e Tenenti.

História Nova: uma expressão que reivindica uma herança

Antes de prosseguirmos com esclarecimentos sobre a *Nouvelle Histoire* que se introduz nos anos 1970, precisamos discutir a própria designação “História Nova”, utilizada por esta terceira geração de annalistas, ou por estes “terceiros *Annales*”, como também se costuma dizer. Os historiadores da *Nouvelle Histoire* têm uma tensão a administrar. Por um lado, eles se empenham com todas as forças e habilidades em mostrar que são os herdeiros dos *Annales*. Esta é uma herança simbólica muito importante, e ela é afirmada e reafirmada todo tempo, como por exemplo nos manifestos e prefácios do grupo para as suas obras coletivas. As fontes diretas para o estudo da nova geração dos *Annales* — para além da própria produção historiográfica dos historiadores do grupo, bastante vasta e diversificada — incluem também manifestos produzidos nos editoriais da Revista dos *Annales*, e textos autorreflexivos produzidos individualmente por historiadores do grupo. Entre estes, são importantes desde os textos que apresentam coletâneas do movimento — como a “Apresentação” de Jacques Le Goff e Pierre Nora para os três volumes de *Faire de l’histoire* (1974) ou os dois prefácios de Le Goff para a obra coletiva e o dicionário *A Nova História* (editados em 1978 e 1988) — até ensaios, depoimentos e manifestos produzidos por membros destacados do grupo, como Pierre Chaunu, André Burguière e Bernard Lepetit.¹³ Também são significativos, obviamente, os textos de Braudel que revelam seu posicionamento crítico e as resistências ao novo grupo.¹⁴

Na impossibilidade de examinar todos estes textos, e muitos outros que poderiam ser esclarecedores, vamos nos ocupar da análise mais específica de um dos mais famosos prefácios-manifestos dos novos *Annales*: aquele que foi escrito em 1978 para a obra coletiva *História Nova*. Poderemos verificar como, neste texto, projetam-se algumas das propostas e tendências do novo grupo. Este prefácio é de autoria de Jacques Le Goff, historiador medievalista que emerge com uma privilegiada posição na rede

13 Chaunu, *História, Ciência Social*; André Burguière, “Histoire d’une Histoire: la naissance des Annales”, *Annales ESC*, 34, 6 (1979), p. 1347-1359; Bernard Lepetit, “Histoire et Sciences Sociales. Un tournant critique?”, *Annales ESC*, 43, 2 (1988), p. 291-293. Para uma análise das “teses de Le Goff e Nora”, ver José Carlos Reis, *A Escola dos Annales: a inovação em história*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, p. 118-120.

14 Braudel, “En guise de conclusion”; e “La dernière interview du maître de l’histoire lente”, *Le Nouvel Observateur*, 1070 (1985).

de prestígios dos *Annales*, após 1968. Le Goff, neste prefácio-manifesto, procura demonstrar que a *Nouvelle Histoire* é a mais legítima herança dos *Annales*, ou mesmo a continuidade dos *Annales*.

Por outro lado, sob o peso desta herança formidável que foi a de Bloch, Febvre e Braudel, os novos annalistas também querem mostrar a novidade de sua contribuição. Não querem parecer meros epígonos diante das monumentais figuras que os precederam no movimento, e por isso mesmo incorporaram, como elemento para a sua identidade, a expressão “Nova História”. Mas é muito interessante observar que o uso desta expressão é ambíguo em algumas ocasiões. No já citado prefácio-manifesto de Le Goff, há ocasiões em que percebemos que ele está utilizando o termo para designar os historiadores do seu grupo (os historiadores ligados à Revista dos *Annales*). Mas há também ocasiões em que ele utiliza a expressão “Nova História” para indicar todo o universo de historiadores novos, comprometidos com o espírito de um novo tempo e dotados de um novo fazer historiográfico. Nestes momentos, historiadores ligados a diversas outras escolas também aparecem referidos como “Nova História”. A oscilação entre estas duas posições transparecem neste trecho:

Penso que seja desnecessário repetir que a história nova foi em grande parte forjada pelo grupo dos *Annales*, e em torno dessa revista. O que não quer dizer que, tanto no passado como hoje, eminentes historiadores que não têm elos com os *Annales* e que, às vezes, não sentem simpatia por eles, não tenham tido um lugar de primeiro plano na história nova.¹⁵

Neste artigo, utilizaremos sempre a expressão História Nova, quando em maiúscula, ou em francês *Histoire Nouvelle*, para designar mesmo o grupo da terceira e quarta geração dos *Annales*, tal como eles se viam. É claro que eles não constituem a única “história nova”, mas vamos utilizar esta designação através da qual eles quiseram se fazer conhecidos como grupo. Nos Estados Unidos da América, aliás, uma outra escola de historiadores também assumia como designação o termo *New History*. No Brasil, a expressão também foi utilizada por um grupo de historiadores marxistas que propunham um novo tipo de ensino de história no contexto da ditadura militar. E poderíamos encontrar mais outros exemplos do uso da expressão “nova história” como nome interposto a si mesmo por um grupo.

15 Jacques Le Goff, “A História Nova”, in: Fernando Novais e Rogério F. da Silva (Orgs.), *Nova História em perspectiva*, São Paulo, Cosac & Naify, 2011, p. 165-166 (original: 1978).

Dito isto, vamos passar em revista algumas das tendências que se afirmam com esta nova geração de historiadores annalistas, a *Nouvelle Histoire*.

A perda da perspectiva de uma história total

A terceira fase dos *Annales* abre-se a uma ampla diversificação de objetos e dimensões de estudo, em alguns casos até mesmo a um excesso de novos objetos e a uma certa fragmentação do conhecimento historiográfico. A ampliação de campos históricos já não tem limites. Há uma história para tudo o que é humano, ou mesmo espaço para uma “história sem homens”, tal como propõe Le Roy Ladurie com sua *História do clima* (1967), uma obra em relação à qual já não se sabe dizer se deve ser relacionada antes ao apogeu da história estrutural de “longa duração” braudeliana e a uma realização da geo-história no seu mais puro estado possível — pretendendo chegar à longuíssima duração de uma história “quase imóvel” na qual pouco ou quase nada aparecerá destes elementos de dinamização que são as próprias vidas concretas dos seres humanos — ou se, ao contrário, já constitui um prenúncio da fase pós-1969, na qual emergirão novos campos historiográficos em um novo momento historiográfico, que incluirá inusitados campos como a história ambiental e tantos outros, ainda mais específicos, como a história do medo ou a história do olfato, em uma profusão de domínios temáticos por vezes esdrúxulos, por vezes surpreendentes e inusitados.

É interessante observar o discreto constrangimento de alguns dos historiadores dos *Annales* que, nos anos 1970, parecem se surpreender assaltados por uma incontornável consciência de que algo do projeto inicial dos *Annales* havia se perdido com a saída de cena do item programático que atrás definimos como uma ambição de “história total” (item 11 do esquema sobre o programa dos *Annales*). Pode-se dizer que a “história total”, se é que ainda era possível utilizar esta expressão, mudara irremediavelmente de sentido. De uma “história do todo”, que buscava articular todas as instâncias do social, passava-se a uma “história do tudo”. Do tudo que também inclui aquilo que é quase nada, diriam alguns.

Esse constrangimento de ter-se perdido um item importante do programa das duas primeiras gerações dos *Annales* está expresso no “prefácio” de Le Goff de 1978. De saída, o texto apresenta o constrangimento menor de ter de justificar a insistência no uso da expressão “Nova História” para um grupo que quer se conservar como “continuidade” de um movimento

que estava já completando quase meio século. Como continuar justificando como novos os rebatimentos insistentes de todos aqueles itens programáticos, alguns dos quais já plenamente assimilados pelo conjunto de historiadores profissionais? Onde, nesse mundo, seria possível encontrar ainda um bom historiador factual — um Halphen, como aquele que, à maneira de agulha, Braudel encontrara no seu palheiro?¹⁶ Como exemplificar a história-problema, por oposição a que manual nestes novos tempos? Em que cantos historiográficos seria possível achar ainda um novo e útil Seignobos para o espetáculo da *Nouvelle Histoire*? Mas este era apenas um constrangimento menor, uma pequena tensão que Jacques Le Goff administra com habilidade no seu prefácio-manifesto. A parte mais difícil, o constrangimento maior, era o item da “história total”. Podemos surpreender no texto o empenho de Le Goff em dar ares de história total ao conjunto de todas as diversificadas experiências produzidas pelos novos *Annales*, as mesmas que, não tardaria muito, François Dosse estaria convocando como exemplos para falar dos terceiros e quartos *Annales* como artífices de uma “história em migalhas”.¹⁷ Vejamos uma passagem de Jacques Le Goff:

Mas a história não se contentou em abrir para si mesma, aqui e acolá, novos horizontes, novos setores. Claro, um Pierre Goubert abre para a história nova o campo da demografia histórica, a abordagem, do nascimento até a morte, do indivíduo, de cada família de uma região durante um século graças ao exame minucioso dos registros paroquiais. E Nathan Wachtel, com seu *La Vision des vaincus*, modelo e obra-prima da história nova, dilate essa história às dimensões e fronteiras da etno-história. Mas a própria história nova não se contenta com estes avanços, ela se afirma como uma história global, total, e reivindica a renovação de todo o campo da história. Aliás, de um modo ou de outro, as obras pioneiras num setor da história nova afirmam sua ambição para além de toda a especialização. Tais obras — o *Beauvaisis* de Goubert e *La vision des vaincus* de Wachtel constituem bons exemplos — são livros de história total em que uma sociedade é estudada e apresentada em seu todo. A esse propósito, o estudo *Montaillou, village occitan (1294-1324)*, de Emmanuel Le Roy Ladurie, obra prima da antropologia histórica, manifesta claramente o desejo de

16 Louis Halphen foi o historiador factual mencionado por Fernand Braudel em seu célebre artigo sobre a “Longa duração”. Fernand Braudel, “História e Ciências Sociais: a longa duração”, in: Novais e Silva (Orgs.), *Nova História em perspectiva*, p. 87-127. Este mesmo historiador já havia sido criticado por Lucien Febvre treze anos antes, no manifesto “Face ao vento”, publicado em 1946 e depois incorporado ao livro *Combates pela História*. Lucien Febvre, “Face ao Vento: manifesto dos novos Annales”, in: Novais e Silva (Orgs.), *Nova História em perspectiva*, p.75-85.

17 Dosse, *A História em migalhas*.

totalização da história nova, que é, sem dúvida, expresso de modo mais eloquente pelo termo “antropologia histórica”, substituto dilatado de “história”. Toda forma de história nova — que se manifesta como tal — que se abriga sob o estandarte de uma etiqueta aparentemente parcial ou setorial, quer se trate da história sociológica de Paul Veyne ou da história psicanalítica de Alain Besançon, é na verdade uma tentativa de história total, hipótese global de explicação das sociedades grega e romana da Antiguidade ou da Rússia do século XIX, e até mesmo do século XX.¹⁸

Tudo certo: os exemplos que Jacques Le Goff oferece neste trecho realmente acenam para a possibilidade de conciliação do objetivo de escrever uma história total a partir de pequenos recortes de espaço ou de estreitas fatias da vida social e humana. Os pequenos recortes de espaço que circunscrevem uma vizinhança ou uma família, ou as amplas mas finíssimas lâminas que recobrem uma prática ou um conjunto de representações, podem, de fato, ser utilizadas para enxergar mais amplo, inclusive para recompor uma história total. A possibilidade de utilizar o microrrecorte ou a escala de observação reduzida para enxergar algo mais amplo também já foi e vai sendo coerentemente realizada pelos historiadores que trabalham com o campo da micro-história. Em outras palavras, o todo também pode se projetar na parte, ou ser acessado através da parte, ou pode ainda se usar a parte como ponte que ao mesmo tempo ilumina e permite atravessar o abismo da totalidade. A história total não precisa ser, certamente, a história de um grande espaço e de um tempo extenso, como a que realizou Braudel em seu *Mediterrâneo* (1949), e mais ainda na *Civilização material, economia e capitalismo* (1967), na qual a totalidade adquire proporções planetárias.¹⁹ Mas é verdade também que os exemplos trazidos por Jacques Le Goff foram bem escolhidos. Sim, a *História regional* de Goubert, ou a *Visão dos vencidos* de Wachtel...²⁰ Mas o que fazer com alguns dos livros que o próprio Jacques Le Goff lista posteriormente em um anexo ao seu texto original, as *Notas Complementares*, de 1988? Que fazer com a “história do olfato” de Alain Corbin, que se realiza no livro *Le miasme et La jonquille* (1982)?²¹

18 Le Goff, “A História Nova”, p.131-132.

19 Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*, São Paulo, Martins Fontes, 1984 (original de 1949, revisto em 1965); e *A Civilização Material do Capitalismo*, São Paulo, Martins Fontes, 2009 (original de 1967, revisto em 1979).

20 Pierre Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730*, Paris, Flammarion, 1968 ; Nathan Wachtel, *La vision des vaincus*, Paris, Gallimard, 1971.

21 Em português, Alain Corbin, *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

Ou que fazer, para sustentar que temos ainda aqui uma história total (no sentido de história do todo), com a história da higiene do corpo, levada a cabo por Georges Vigarello em seu livro *O limpo e o sujo* (1985) ou com a *História dos quartos* de Michelle Perrot (2009)?²² Seria possível pensar estes temas como caminho para apreender, se não uma história total, ao menos uma história mais ampla? Ademais, terá sido esta a concepção dos autores ao escreverem tais obras?

Existe outro texto de Le Goff — o prefácio à edição de 1993 da *Apologia da História* de Marc Bloch — no qual ele procura invocar a seu favor o próprio espírito de Bloch, através de uma citação do livro prefaciado, quase buscando um argumento de autoridade para a nova tendência da terceira geração dos *Annales*:

É preciso ler Marc Bloch com atenção neste ponto. Pois os ciosos guardiães de sua memória, ainda mais ciosos na medida em que são os verdadeiros discípulos, consideram “traição” quando um historiador que invoca, com todos os motivos, a autoridade dos *Annales*, em lugar da história “global” ou “total” recorta na história um objeto particular. Ora, Marc Bloch escreve: [a partir daqui, Le Goff introduz uma transcrição de um texto da *Apologia da História*]: “Nada mais legítimo, nada mais constantemente salutar do que centrar o estudo de uma sociedade em um de seus aspectos particulares, ou, melhor ainda, em um dos problemas precisos que levantam este ou aquele desses aspectos: crença, economia, estrutura das classes ou grupos, crises políticas”.²³

A História Nova: entre a antiga herança e uma nova identidade

Muitos autores — entre os quais François Dosse no famoso livro de 1987, no qual desfecha uma impactante crítica contra a nova geração de historiadores franceses que se agrupa em torno da Revista dos *Annales* — acusam a *Nouvelle Histoire* de trair o projeto inicial das primeiras gerações dos *Annales* e realizar uma história em migalhas. Os constrangimentos dos novos *Annales* com relação àquele item programático, a história total, não

22 Michelle Perrot, *História dos quartos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011 (original: 2009).

23 Le Goff, “Prefácio”, in: Marc Bloch, *Apologia da História*, Rio de Janeiro, Zahar, 2001, p. 30.

são incontornáveis e sempre se pode evocar a metáfora da “mudança de pele”, mobilizada tanto por Febvre quanto por Braudel para sugerir, aliás corretamente, que a historiografia, por ser também histórica, está sempre aberta a mudanças. Mas a questão, aqui, é a tênue tensão com que os novos *annalistas* precisam lidar, invocando uma herança em relação aos *Annales* ancestrais, mas ao mesmo tempo impulsionados por mudanças que os obrigariam a rever itens do programa. Mas, neste caso, ainda seriam a mesma escola? Às vezes vemos os responsáveis pela consolidação da imagem do novo grupo patinarem no traiçoeiro gelo das velhas definições, já cristalizadas por certa sacralidade. Embora existam diversos textos que poderiam ser tomados como fontes para a análise dos indícios da virada programática da terceira geração dos *Annales* em relação às duas gerações anteriores, basearemos no célebre prefácio-manifesto. Ali Le Goff deixa escapar este conselho para aqueles que buscam contribuir para a História do Imaginário — um conselho que nem todos poderiam cumprir:

Por isso, o historiador deve escolher como tema de pesquisa o que Pierre Toubert e eu chamamos de estruturas globalizantes. E evocamos o fenômeno do *incastellamento*, forma original de hábitat rural, constituída entre os séculos X e XIII, a noção de trabalho, a guerra, a deserção rural, a marginalidade.²⁴

Os terceiros *Annales* enfrentam com criatividade as tensões geradas por este desejo de evocarem para si mesmos a herança de um grupo e de seu programa, mas já em um contexto que levou os seus temas a se diversificarem extraordinariamente, em alguns casos ditados por modas editoriais. Não tardará muito a serem constantemente confrontados com pequenas alfinetadas neste calcanhar de Aquiles, a começar pela obra *A História em migalhas*, escrita nove anos depois do prefácio-manifesto de Jacques Le Goff. Por outro lado, este grupo razoavelmente grande de novos *annalistas* também desenvolve outras formas de reagir às tensões geradas pelo peso da herança original dos *Annales*. Já há aqueles que ousam criticar, com alguma delicadeza e por vezes com secreta ironia, os dois ancestrais sagrados, e que discretamente se esmeram em profanar os velhos ídolos da tribo dos *Annales*. Georges Duby (1919-1996), que atingiu notoriedade como medievalista, já se refere à bíblia dos primeiros *Annales* — a *Apologia da História*, de Marc Bloch — como um texto que envelheceu, e de Lucien

24 Le Goff, “A História Nova”, p. 169.

Febvre observa que “retirava sua informação mais das obras literárias do que dos documentos, e muito mais daquelas do que das estatísticas”.²⁵ Jacques Le Goff, com a elegância e diplomacia que exige o seu cargo de porta-voz dos terceiros *Annales*, e com alguma admiração sincera por Bloch e mesmo por Braudel, assim se expressa em seu prefácio para a *Apologia da História*, com um texto cheio de polidas arestas:

Esforçando-me por ser o discípulo póstumo deste grande historiador que infelizmente não pude conhecer, mas cuja obra e ideias foram para mim, e continuam sendo, as mais importantes em minha formação e minha prática de historiador, e honrado por ter me tornado em 1969 — graças a Fernand Braudel, grande herdeiro de Lucien Febvre e de Marc Bloch — co-diretor dos *Annales*, tentarei simplesmente, nas páginas que vão se seguir, exprimir as reações de um historiador de hoje, um historiador que se situa na tradição de Marc Bloch e dos *Annales* e que se empenha em praticar, no que lhes diz respeito, a fidelidade definida por este último ao assinalar, na nota acima evocada, que a fidelidade não exclui a crítica.²⁶

Reaparece aqui, como tantas vezes entre os novos annalistas, o esforço em conectar as três gerações (os terceiros *Annales* a Marc Bloch e Febvre, mas também a Fernand Braudel, o “elo necessário”); tudo isto levemente temperado, contudo, com a tensão que se afirma logo em seguida com a prometida “fidelidade crítica”.²⁷ Retornando ao contexto intelectual do final dos anos 1960, devemos lembrar que, além das temáticas e dimensões de estudo, diversificam-se naquele momento, no planeta historiográfico que recobre a Europa e as Américas (e não apenas na França dos *Annales*), as abordagens. Após a década de 1970, a história quantitativa, antes senhora

25 Olivier Dumoulin, *Marc Bloch*, Paris, Presses des Sciences Po, 2000, p. 23. As duas passagens são mencionadas por Josep Fontana em *História dos homens*, p. 362-363. De todo modo, nos seus *Diálogos* com Guy Lardreau, Duby se refere a Bloch como um de seus “mestres”. Georges Duby e Guy Lardreau, *Dialogues*, Paris, Flammarion, 1980, p. 40.

26 Le Goff, “Prefácio”, p. 16.

27 Essa passagem de Jacques Le Goff na verdade se refere à primeira nota escrita por Bloch para a *Apologia da História*. Nesta nota, Bloch refere-se a Langlois e Seignobos — autores do famoso manual que foi tão criticado por Febvre, Braudel e outros annalistas, além de Marc Bloch, e que haviam sido professores deste último na etapa de sua formação. Prometendo com polidez e elegância uma impiedosa crítica, Marc Bloch registra estas palavras ao final da nota: “Deram-me ambos [Langlois e Seignobos] preciosas demonstrações de sua boa vontade. Meus primeiros estudos deveram muito ao seu ensino e a sua obra. Mas ambos não nos ensinaram apenas que o historiador tem como primeiro dever ser sincero; tampouco dissimulavam que o próprio progresso de nossos estudos é feito da contradição necessária entre as gerações sucessivas de trabalhadores. Permanecerei portanto fiel às suas lições criticando-as, ali onde julgo ser útil, bastante livremente, como desejo que um dia meus alunos, por sua vez, me critiquem”. Bloch, *Apologia da História*, p. 41.

quase suprema nos espaços institucionais dominados pelos *Annales* — sempre sob a bem ritmada batuta de Ernest Labrousse, segundo nome na hierarquia braudeliana — começará também a ser questionada, até mesmo na legitimidade de seu orgulho de ter pretensamente trazido à história o máximo de cientificidade possível com as análises seriais e com o controle do que se repete o do que varia em uma duração mais longa. É sintomático que tenha surgido em 1975, encravada neste divisor de águas, uma nova obra de Le Roy Ladurie — tradicional defensor do quantitativo, da longa duração, das análises demográficas neomalthusianas. Tratava-se de um surpreendente livro intitulado *Montaillou: uma aldeia occitânica*, no qual o historiador francês trará a inovação de tratar em uma perspectiva antropológica fontes relacionadas aos processos de Inquisição.²⁸ Aqui, os depoimentos de acusados e testemunhas incluídos nos registros dos processos inquisitoriais, em uma pequena aldeia francesa do século XIV chamada Montaillou, serão abordados à maneira de depoimentos do tipo que são recolhidos pelos antropólogos, de modo que Le Roy Ladurie pretenderá examinar estes registros históricos de maneira análoga ao que se faz com depoimentos gravados, abrindo uma via de tratamento antropológico das fontes dialógicas que também já começava a ser explorada, ainda com maior habilidade, pelo micro-historiador italiano Carlo Ginzburg, o qual registrou o essencial de suas experiências e propostas metodológicas neste novo âmbito de estudos no célebre artigo “O inquisidor como antropólogo” (1989).²⁹

De fato, entre os diversos diálogos interdisciplinares — sempre considerando que a interdisciplinaridade é o principal traço de unidade entre as três gerações de annalistas — será a Antropologia a interlocutora que ocupará o principal lugar de destaque nestes novos tempos. Alguns chegam a falar em uma “virada antropológica” a partir dos anos 1970. Em vista disto, nas últimas décadas do século XX a história cultural passa a assumir uma posição de bastante destaque entre as diversas modalidades historiográficas, mas sem que outras sejam menosprezadas. A história econômica já não é

28 Emmanuel Le Roy Ladurie, *Montaillou: cátaros e católicos em uma aldeia francesa*, Lisboa, 70, 1983 (original: 1975).

29 Carlo Ginzburg, “O inquisidor como antropólogo”, in: *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel, 1991 (original: 1989). Com relação a Le Roy Ladurie, depois o veremos trabalhar com textos que indicam, no seio de sua própria obra, essa virada epistemológica, verificável a partir de 1975. Após *Montaillou*, publicará *Le carnaval de Romans*, Paris, Gallimard, 1979. Mais tarde publicará *L'État royal*, Paris, Hachette, 1987 --- uma obra que já denuncia as ressonâncias do retorno do “político”, uma nova abertura que nos *Annales* já se anuncia discretamente com as obras de Maurice Agulhon nos anos de 1970, mas que se impõe com maior intensidade entre os annalistas nos anos de 1980.

mais a senhora absoluta, ou pelo menos a déspota esclarecida, das preferências historiográficas, e despontam nestas novas décadas historiográficas, para além da já mencionada história cultural, outras modalidades como a história das mentalidades, sem mencionar o reavivamento de uma nova história política, concebida em novas bases e já livre da factualidade ingênua de sua ancestral oitocentista.

Um destaque interdisciplinar é também trazido pela Linguística, campo de conhecimentos e práticas que não apenas passa a ser utilizado pelos historiadores como apoio para a análise de seus diversificados objetos históricos, como também começa a ser empregado para uma autoanálise de seu próprio campo de produção de conhecimentos: a historiografia profissional. Para muitos destes historiadores que analisam a própria historiografia, os diálogos com a linguística os levarão a considerar a História como um discurso dotado de estilo, de padrões literários, de singularidades a serem investigadas. A *Nouvelle Histoire* não ficará insensível a este movimento que, na verdade, também se processa em outras correntes historiográficas. Paul Veyne, um colaborador frequente da Revista dos *Annales*, publicará em 1971 um ensaio cujo título indaga: *Como se escreve a História?* (1971), e a historiografia será vista por ele como um texto em forma de intriga. Três anos depois, Michel de Certeau terá incluído em um dos volumes da obra coletiva *Faire de l'histoire* o seu célebre texto “A operação historiográfica” (1974), de certa maneira uma resposta a Veyne, buscando estabelecer mais sistematicamente o lugar da história e as especificidades de seu texto, sem confundi-lo com simples literatura imaginativa.³⁰ Entre estes dois famosos textos, Hayden White, autor americano exterior ao circuito dos *Annales*, começara a tratar a História como artefato literato na obra *A meta-história* (1973).³¹ A história seria algo mais do que um discurso, ou mesmo do que uma peça de literatura? Estas perguntas, que já introduzem um debate que seria logo configurado como “pós-moderno”, demarcam um ponto de embate que seria típico das gerações posteriores.

Os terceiros *Annales* deram sequência, enfim, à ampliação de temáticas e problemas históricos que um dia os primeiros annalistas haviam indicado no seu programa — e esta ampliação de temáticas, para muitos dos

30 Paul Veyne, *Como se escreve a História*, Brasília, UNB, 1982 (original: 1971); Michel de Certeau, “A operação historiográfica”, in: *A escrita da História*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, p. 65-119 (original: 1974).

31 Hayden White, *A Meta-História: a imaginação histórica no século XIX*, São Paulo, EDUSP, 1992 (original: 1973).

espíritos mais críticos, já extrapolava uma perigosa zona para além da qual a história-problema poderia se ver comprometida (como problematizar a história das nádegas?).³² Mas, de todo modo, pode-se dizer que os novos *Annales* apenas levaram adiante, até as suas últimas consequências, um item do programa dos velhos. A liberdade temática, e a escolha de problemas, era explorada pelos historiadores dos terceiros *Annales* com liberdade inigualável. Contudo, havia um outro aspecto que retrocedera: o item silencioso, mas sempre presente, da criatividade teórica. Braudel consolidara um novo conceito de tempo: o das temporalidades diferenciadas que traziam, em posição de destaque, a “longa duração”. Também criara conceitos como o de “economias-mundo”. Lucien Febvre criara noções como a de “utensilagem mental”, depois mentalidades, aprofundara reflexões teóricas sobre o “anacronismo”. Em *A sociedade feudal* (1939), Marc Bloch encaminha toda uma discussão de categorias, submete a própria expressão “feudalismo” a uma análise não apenas teórica, como também histórica, quase antecipando o que mais tarde, com Reinhart Koselleck (1923-2006), ficaria conhecido como “história conceitual”. A antiga geração também inovara em metodologias, e Ernest Labrousse (1895-1988) estivera à testa da invenção da história serial e quantitativa. Quando olhamos para esta fase anterior dos dois *Annales*, salta à vista a ousadia de experimentação, tanto teórica como metodológica. Os terceiros *Annales*, entretanto, eram audaciosos na experimentação temática — fizeram uma história do medo, uma história da morte, uma história do olfato, e estas audácias até motivaram outros escritores, mesmo não-historiadores, a surpreenderem o mercado editorial com inusitados títulos, tal como a *Histoire de la merde* (1978).³³ Essa audácia temática, contudo, não era acompanhada nem por uma audácia teórica, nem por uma criatividade metodológica. Alguns autores insistem na ideia de que teria ocorrido mesmo um retrocesso teórico-metodológico com a *Nouvelle Histoire* dos anos 1970.³⁴ Se a crítica procede ou não, é uma questão a discutir; mas percebe-se que os novos annalistas se ressentem disto, e que muitos parecem reagir minimizando a importância do conceitual. Por fim, é importante lembrar que a própria crítica dos terceiros *Annales* seria encaminhada a partir de 1989, inclusive vinda do próprio interior dos *Annales* — e é neste

32 Jean-Luc Hennig, *Breve história das nádegas*, São Paulo, Terramar, 1997.

33 Dominique Laporte, *Histoire de la merde*, Paris, C. Bourgois, 1978.

34 Esta é a opinião de Carlos Aguirre Rojas, historiador mexicano que tem estudado os *Annales*, em *Os Annales e a historiografia francesa: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*, Maringá, UEM, 2000, p. 193.

sentido que muitos historiógrafos já acham oportuno falar nos “quartos *Annales*”.

A história das mentalidades

Abordaremos a seguir uma linha de investigações que adquiriu grande projeção entre os historiadores da terceira geração dos *Annales*. A história das mentalidades é na verdade um ‘campo histórico’ — uma modalidade historiográfica como o é a história política, a história econômica ou a história cultural. Não é em absoluto uma corrente da historiografia francesa, nem é uma escola historiográfica à parte, e muito menos é um paradigma teórico ou metodológico. Podemos definir este campo histórico como aquele que estuda as “formas coletivas de pensar e de sentir”. O campo se diferencia, neste sentido, da história das ideias — mesmo que possa haver eventuais imbricações entre os dois — sobretudo porque os historiadores das ideias também costumam estudar as ideias produzidas individualmente por intelectuais de diversos tipos, que não têm necessariamente ligação como modos de sentir coletivos (este “sentir coletivo”, em contrapartida, é traço obrigatório da história das mentalidades). O campo das mentalidades também se diferencia da história do imaginário, modalidade que estuda a produção, circulação, recepção e apropriação de imagens — mas não só as imagens no sentido iconográfico, como também as imagens verbais, as imagens oníricas, as imagens mentais, e também os modos de imaginação. É claro que, ao examinarem o imaginário coletivo, os historiadores do imaginário terão muito em comum com os das mentalidades. Mais adiante esclareceremos, todavia, a distinção entre estes dois campos históricos.

Ocorre que, algumas vezes, a história das mentalidades foi ou tem sido tratada como corrente teórica, o que em nossa opinião é uma posição bastante equivocada. Tampouco temos aqui uma corrente historiográfica interna ao movimento dos *Annales*, e considerar isto seria um erro análogo ao de se dizer que a micro-história, outra modalidade historiográfica bem conhecida, é uma corrente da historiografia italiana. Podemos dizer, sim, que existe uma escola micro-historiográfica italiana; da mesma maneira que é notório que os estudos das mentalidades — à parte alguns precursores — iniciaram-se precisamente com alguns dos historiadores dos *Annales*. É visível também que, particularmente no período da terceira geração dos *Annales*, os objetos de estudo e perspectivas relacionados à história das

mentalidades começaram a ser trazidos para o centro do palco historiográfico pela historiografia francesa ligada à *Nouvelle Histoire*.³⁵ Os estudos de mentalidades — ao lado de outra área que ficaria conhecida como antropologia histórica — tornar-se-iam de fato os dois carros chefes neste trem de inúmeros vagões que foi a *Nouvelle Histoire*.³⁶

A noção de “mentalidades” (ou conceitos correlatos como “estruturas mentais” ou “utensilagem mental”), já havia sido enunciada por Lucien Febvre e Marc Bloch em algumas oportunidades, mas foi somente com alguns dos historiadores da terceira geração dos *Annales*, como Robert Mandrou, Philippe Ariès, Michel Vovelle e Georges Duby, que a expressão adquiriu uma centralidade, capaz de configurar um novo campo de estudos no espaço intradisciplinar da História.³⁷ Este novo campo encontrou um desenvolvimento tão acentuado nesta nova fase do movimento dos *Annales*, que discorrer sobre a história das mentalidades se impõe como uma consequência lógica nesta parte do nosso artigo. Existem muitos outros campos que poderíamos discutir ainda, pois também foram bem percorridos

35 Constitui objeto de polêmica a origem ou a genealogia deste novo campo histórico que foi a História das Mentalidades. Teria esta se desdobrado da História Cultural, e neste caso deveríamos remeter suas primeiras antecipações a algumas das obras de Huizinga (1872-1945) na primeira metade do século XX? Ou teria a História das Mentalidades derivado da História Demográfica, como propõe Philippe Ariès, ao observar que pesquisas demográficas sobre a mortalidade acabaram abrindo caminho para uma reflexão sobre os modos de sentir a morte, da mesma maneira que os dados levantados sobre a família acabaram a dar origem a investigações sobre os modos de conceber a infância e as relações familiares? Eis uma questão em aberto. Philippe Ariès, “História das Mentalidades”, in: Jacques Le Goff, *A História Nova*, São Paulo, Martins Fontes, 1990, p. 154-176.

36 A Antropologia Histórica espalha-se através de muitos domínios temáticos, entre os quais os domínios relacionados à história do cotidiano — envolvendo temas como os hábitos, comportamentos, alimentação, vestimentas, células familiares — e também outros campos históricos como a história do corpo, a história da sexualidade, a história das enfermidades, a história das estruturas de parentesco, ou os estudos historiográficos sobre o folclore. Sobre isto, ver o artigo de André Burguière sobre a Antropologia Histórica para a coletânea *La Nouvelle Histoire* (1978): André Burguière, “História Antropológica”, in: Fernando Novais e Rogério F. da Silva (Orgs.), *Nova História em Perspectiva*, São Paulo, Cosac & Naify, 2011, p. 297-326. É bom lembrar, ainda, que alguns casos a antropologia histórica interage com a história da cultura material.

37 Vale lembrar que o conceito de “mentalidades” — como indicativo de um fenômeno coletivo — já havia aparecido no campo da Etnologia com a publicação do livro *A mentalidade Primitiva*, do antropólogo Lévy-Bruhl (1922), e também com o psicólogo social Charles Blondel (1926), ambos influências importantes no acorde teórico de Lucien Febvre. Este último, que utiliza a palavra várias vezes mas sem dar-lhe o compromisso de um conceito, e que a alterna com outras como “estruturas mentais”, discorrerá em um artigo de 1938 sobre a necessidade de abertura de uma via historiográfica que estudaria a “psicologia coletiva”. Lucien Febvre, “História e Psicologia”, in: Carlos Guilherme Mota e Florestan Fernandes (Orgs.), *Febvre*, São Paulo, Ática, 1978, p. 68-83. Por fim, Georges Duby será o primeiro historiador encarregado de escrever um artigo já delimitando este novo campo histórico (1961), logo seguido por Mandrou (1968). Depois viriam os artigos de Le Goff (1974) e Ariès (1978).

pelos historiadores dos *Annales*. Discorrer exaustivamente sobre todos os campos históricos importantes para os *Annales*, no entanto, não seria possível. Por isto, escolhemos a história das mentalidades como um campo significativo para representar a expansão temática que se dá com a sua terceira geração.

Embora a história das mentalidades tenha tido precursores já na primeira metade do século XX, é apenas a partir da década de 1960 que ela começa a se delinear como um novo espaço de ação para os historiadores que propunham um atento exame da dimensão da vida social que se relaciona ao mundo mental e aos modos de sentir. A designação deste novo campo histórico, por outro lado, e o próprio conceito de “mentalidades” que o fundamenta, têm dado margem a grandes debates que não poderão ser todos pormenorizados aqui.³⁸ Há autores que sustentam mesmo que teria sido “o próprio caráter fluido da noção [de mentalidades] o que lhe assegurou o êxito através de possibilidades indefinidas de adaptação”.³⁹ Certamente contribuiu para a polêmica em torno da história das mentalidades o fato de que os historiadores filiados a este campo foram os primeiros a se interessarem por determinados temas não convencionais, desbravando certos domínios da história que os historiadores ainda não haviam pensado em investigar. Assim, Robert Mandrou propôs-se a estudar a longa persistência de modos de sentir que motivaram a prática da feitiçaria e sua repressão (1968); Jean Delumeau impôs a si a tarefa de examinar um complexo de medos de longa duração que havia estruturado o modo de sentir do homem europeu durante muito tempo, e cuja lenta superação permitiu a passagem para o mundo moderno (1978); e Philippe Ariès (1977) e Michel

38 Alguns artigos podem ser esclarecedores a respeito deste campo histórico: Jacques Le Goff, “As mentalidades: uma história ambígua”, in: Le Goff e Nora (Orgs.), *História: novos objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988, p. 68-83 (original: 1974); Ariès, “História das mentalidades”; Robert Darnton, “A história das mentalidades: o caso do olho errante”, in: *O beijo de Lamourette*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 225-255.

39 Jacques Revel, “História das mentalidades”, in: André Burguière (Org.), *Dicionário das Ciências Históricas*, Rio de Janeiro, Imago, 1993, p. 529. E acrescenta, à p. 353: “Essa resistência da noção que passou a ser aproximativa de mentalidades deixa bem claro, ainda uma vez, que ela aponta menos para um objeto rigoroso do que manifesta uma sensibilidade de historiadores. Ela é por isso seguramente mais vulnerável, mas de seu estatuto ‘ambíguo’, de sua plasticidade metodológica, ela extrai capacidades indefinidas de adaptação”. De igual maneira, diz-nos Jacques Le Goff em seu artigo “As mentalidades”, p. 68: “Ao mesmo tempo em que se trata de um terreno pioneiro, de um domínio a ser desbravado, pergunta-se se a expressão recobre uma realidade científica, se possui uma coerência conceitual, se é epistemologicamente operacional. Tragada pela moda, parece, no entanto, já passada de moda. É necessária ajudá-la a permanecer ou a desaparecer?”

Vovelle (1982) empenharam-se em analisar os sentimentos humanos diante da morte.⁴⁰

De certo modo, por força dos novos e imprevisíveis objetos que traziam à tona com bastante audácia — e em virtude de sua tendência a dedicarem anos de um exaustivo trabalho intelectual a temas que deles fizeram verdadeiros especialistas em objetos historiográficos até então considerados insólitos — os historiadores das mentalidades vieram a constituir uma espécie de vanguarda da tendência da Nova História das sétima e oitava décadas do século XX em se pulverizar em uma espécie de “história em migalhas”, para utilizar aqui a famosa expressão que deu título ao impactante livro de François Dosse.⁴¹ Um pouco devido à sua exploração ousada destes temas até então incomuns, a história das mentalidades produziu no seu nascedouro uma forte estranheza que logo despertaria acirradas polêmicas. Mas é muito importante ter em vista que a história das mentalidades não pode ser definida essencialmente com base nestes novos domínios temáticos que ela passou a privilegiar em um primeiro momento. Mesmo porque, posteriormente, estes mesmos domínios também foram retomados por outros campos da história que pouco ou nada têm a ver com a história das mentalidades. Rigorosamente, qualquer tema pode ser trabalhado a partir dos vários enfoques que classificaremos aqui como relacionados às “dimensões” sociais (a política, a economia, a cultura, as mentalidades, o imaginário, e assim por diante). Assim, uma história da morte pode ser trabalhada pela história demográfica, pela história política, pela história da cultura material, e não apenas pela história das mentalidades. Em contrapartida, temas já tradicionais como o do “nacionalismo” ou o da “religião” — respectivamente tratados como territórios preferenciais da “história política” e da “história cultural” — podem ser perfeitamente examinados sob a perspectiva de uma história das mentalidades. Não são, portanto, os domínios privilegiados pelos historiadores das mentalidades que definem o tipo de história que fazem, mas

40 Robert Mandrou, *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*, São Paulo, Perspectiva, 1979 (original: 1968); Jean Delumeau, *História do medo no Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989 (original: 1978); Philippe Ariès, *O homem diante da morte*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981 (original: 1977); Michel Vovelle, *Le mort et l'Occident de 1300 à nos jours*, Gallimard, Paris, 1982.

41 Na verdade, a expressão “história em migalhas” chegou a ser referida de maneira afirmativa por Pierre Nora — organizador de uma coletânea de artigos da Nova História francesa. Pierre Nora enunciou a expressão em uma entrevista concedida a um jornal francês em 1974, e com ela anunciava a consolidação de uma moda que passava a privilegiar as curiosidades, os temas exóticos, ou pelo menos o estudo de objetos muito particularizados em contraste com os antigos projetos de produzir uma grande história total.

sim a dimensão da vida social para a qual os seus olhares se dirigem: o universo mental, os modos de sentir, o âmbito mais espontâneo das representações coletivas e, para alguns, o inconsciente coletivo.⁴²

A maior polêmica em torno da história das mentalidades é teórica e metodológica. Apenas para registrar alguns problemas pertinentes a este campo historiográfico que se consolida a partir da década de 1960, mencionaremos aqui as questões fundamentais que devem ser refletidas pelo historiador que ambiciona trilhar estes caminhos de investigação. Existirá efetivamente uma mentalidade coletiva? Será possível identificar uma base comum presente nos “modos de pensar e de sentir” dos homens de certa sociedade — algo que una “César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês que cultivava as suas terras, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas”? Estas imagens, extremamente oportunas, foram celebrizadas por Lucien Febvre, e colocam o problema das mentalidades em sua devida proporção.⁴³

Abraçando a perspectiva teórica de que existem de fato mentalidades coletivas, o historiador que se dedica a esta linha de investigação deve ampliar necessariamente a sua concepção documental. Conforme assinala François Furet, se o historiador das mentalidades pretende alcançar níveis médios de comportamento, não pode mais se satisfazer com a literatura tradicional do testemunho histórico — subjetiva, não representativa, ambígua.⁴⁴ Assim, como veremos adiante, ocorreu um feliz casamento entre a história das mentalidades (campo histórico que se refere a uma ‘dimensão’) e a história serial (campo histórico que se refere a

42 Neste último caso, referimo-nos à proposta de Philippe Ariès na última seção de seu artigo sobre “A história das mentalidades”, p. 169-195.

43 Johannes Huizinga (1872-1945), historiador da cultura que passa por ser um dos antecipadores da história das mentalidades, dá-nos o exemplo do que seria uma mentalidade medieval em sua obra *O declínio da Idade Média*. Para ele, nesta obra publicada em 1919, a capacidade, ou mesmo a necessidade de vivenciar simultaneamente emoções inteiramente contraditórias, e de expressá-las com grande intensidade, eram traços comuns ao ambiente mental de *todos* os homens medievais. Para investigar o que seria esta mentalidade medieval (embora sem falar nestes termos), Huizinga constituiu um *corpus* que incluiu tanto “fontes textuais” — como os romances de cavalaria, a poesia mundana e pastoral — como também as “fontes iconográficas”, neste caso desde pinturas destinadas a circular em ambiente aristocrático até gravuras em madeira voltadas para os ambientes populares. Seu objetivo era precisamente o de investigar o que todos os homens medievais teriam em comum em termos de atitudes mentais relativas à honra, à morte e a outras questões — e isso independentemente de suas classes sociais e posições políticas. Neste sentido, estava no encaixe de sentimentos coletivos, partilhados por todos, sem exceção. Em uma palavra, o que hoje chamariamos de “mentalidades”. Johannes Huizinga, *O declínio da Idade Média*, São Paulo, Verbo, 1978.

44 François Furet, *A oficina da História*, Lisboa, Gradiva, 1991, p. 93 (original: 1982).

uma “abordagem”). A revalidação dos estudos de natureza qualitativa, ao lado da abordagem serial, não esteve, contudo, alheia a outros historiadores das mentalidades — como é o caso de Michel Vovelle, historiador marxista das mentalidades que defende o uso das duas abordagens como igualmente válidas para captar a dimensão mental de uma sociedade.⁴⁵ Para resumir três ordens de tratamentos metodológicos que os historiadores das mentalidades têm empregado na sua ânsia de captar os modos coletivos de pensar e de sentir, poderemos registrar (1) a abordagem serial, (2) a eleição de um recorte privilegiado que funcione como lugar de projeção das atitudes coletivas (uma aldeia, uma prática cultural, uma vida), ou finalmente (3) uma abordagem extensiva de fontes de naturezas diversas. Neste último caso enquadra-se *O homem diante da morte*, de Philippe Ariès (1977). Nesta ambiciosa obra, lança-se mão dos mais diversos tipos de fontes — desde escritos de todos os tipos (literatura, hagiografias, poemas, canções, crônicas, testemunhos anônimos) até as fontes iconográficas e os objetos da cultura material. Vovelle considera esta utilização de um universo de fontes tão heterogêneo, percorrido mais ou menos livremente por Ariès nesta obra, como uma técnica “impressionista”.⁴⁶

O próprio Michel Vovelle, de sua parte, já utiliza a segunda ordem de procedimentos a que atrás nos referíamos: de um modo geral, prefere a abordagem serial. Em sua tese sobre a piedade barroca e a descristianização (1978), Vovelle examinou com precisão e método milhares de testamentos provençais — sempre de forma maciça e procurando enxergar serialmente padrões e deslocamentos de padrões que denunciasses as variações das atitudes diante da morte na longa duração por ele escolhida.⁴⁷ Quando examina fontes iconográficas, afasta-se da abordagem qualitativa livre para avaliar topicamente a recorrência e a ruptura de certos modos de representar, às vezes medindo espaços no interior da representação iconográfica e quantificando elementos figurativos. Se vai às fontes da cultura material, à arquitetura funerária por exemplo, faz medições das distâncias que separam túmulos e altares. Sua abordagem é portanto sistemática, cuidadosamente preocupada com a homogeneidade das fontes e com o seu lugar preciso dentro da série.

45 Michel Vovelle, “A história das mentalidades na encruzilhada de fontes”, in: *Ideologias e mentalidades*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 31.

46 Vovelle, “A história das mentalidades na encruzilhada de fontes”, p. 51.

47 Vovelle, *Piétè baroque et déchristianisation, les attitudes devant la mort en Provence au XVIII siècle*, Paris, Seuil, 1978.

A derradeira ordem de tratamentos metodológicos corresponde à já mencionada eleição de um recorte privilegiado que funcione como lugar de projeção das atitudes coletivas ou de padrões de sensibilidade. Pode ser um microcosmos localizado ou uma vida, desde que o autor os considere significativos para a percepção de uma mentalidade coletiva mais ampla. Lucien Febvre, precursor distante dos estudos de mentalidade, havia tentado precisamente esta via. Em sua famosa obra sobre Rabelais, o historiador francês se propõe — a partir da investigação de um único indivíduo — identificar as coordenadas de toda uma era.⁴⁸ A abordagem é criticada por Carlo Ginzburg — historiador mais habitualmente classificado na interconexão de uma história cultural (dimensão) com uma micro-história (abordagem).⁴⁹ Ao contrário de Febvre, Ginzburg opta por instrumentalizar o conceito de “mentalidade de classe” em sua obra *O queijo e os vermes*.⁵⁰ Neste último caso — para cujo estudo toma como documentação principal os registros inquisitoriais do processo de um moleiro italiano perseguido pela inquisição no século XVI — Ginzburg mantém-se atento à questão da “intertextualidade”, isto é, ao diálogo que o discurso do moleiro Menocchio estabelece implicitamente com outros textos e discursos. Desta forma, embora ambos os historiadores partam de um estudo de caso individual, a abordagem tornou-se distinta. Ressalte-se, no tratamento historiográfico levado adiante por Ginzburg, a preocupação em identificar os vários registros dialógicos presentes em uma mesma fonte — preocupação que se coaduna muito intimamente com um dos setores da chamada nova história cultural. Assim, para além do discurso externo do próprio Menocchio, visível na superfície de suas fontes, o historiador italiano toma por objeto a multiplicidade de discursos que o constituem; e, além disso, evita a pretensão de reconstituir uma “mentalidade de época”. Sua metodologia funda-se em uma análise dialógica e intensiva da documentação. Seu enfoque, como se disse, é mais propriamente cultural.

48 Lucien Febvre, *Le problème de l'incroyance au XVI siècle: la Religion de Rabelais*, Paris, A. Michel, 1968 (original: 1942).

49 A micro-história corresponde a uma modalidade da História que procura empregar uma nova escala de observação no exame das sociedades históricas. Elegendo como campo de observação um determinado *locus* bem circunscrito — uma vida anônima, uma prática social localizada, uma comunidade — a micro-história almeja conhecer através da gota d'água algo do oceano inteiro. Para utilizar uma metáfora comum entre os micro-historiadores, abandona-se aqui o “telescópio” em favor do “microscópio”, o olhar panorâmico e distanciado em favor do olhar detalhista e aproximador.

50 Ginzburg, *O queijo e os vermes*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 34 (original: 1976).

Os novos objetos que audaciosamente os historiadores das últimas décadas do século XX passariam a explorar, tal como se disse, não se tornaram de modo algum monopólios da historiografia das mentalidades. Além disto, há outros campos históricos que apresentam zonas de porosidade em relação ao campo da história das mentalidades. Ainda explorando os caminhos da cultura, e também o universo mental das sociedades, poderemos lembrar outro campo que encontrou grande desenvolvimento com a terceira geração dos *Annales*, e que pode ser definido como uma história do imaginário — investimento historiográfico que começa por abrir mais uma alternativa à investigação de alguns daqueles mesmos objetos historiográficos que até então haviam conformado uma seara praticamente exclusiva da história das mentalidades. A história do imaginário estuda essencialmente as imagens produzidas por uma sociedade, mas não apenas as imagens visuais, como também as imagens verbais e, em última instância, as imagens mentais. O imaginário será aqui visto como uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar de “vida concreta”. Esta perspectiva sustenta-se na ideia de que o imaginário é também reestruturante em relação à sociedade que o produz. Assim, basta lembrar como um exemplo entre outros que, na Idade Média, muitos se engajaram nas Cruzadas menos por razões econômicas ou políticas (embora estas sejam sempre evidentes) do que em virtude de um imaginário cristão e cavaleiresco. O imaginário mostra-se desta forma uma dimensão tão significativa das sociedades humanas como aquilo que corriqueiramente é encarado como a realidade efetiva.

A elaboração de um conceito (ou de uma noção) de imaginário para as Ciências Humanas deve muito a Cornelius Castoriadis, cuja obra de referência é *A instituição imaginária da sociedade* (1975), e a historiadores como Jacques Le Goff e Georges Duby.⁵¹ Tampouco devem ser desprezadas as contribuições antropológicas, como o minucioso panorama elaborado por Gilbert Durand em *As estruturas antropológicas do imaginário* (1989), no qual são inventariadas as mais diversas imagens criadas nos vários campos de criação humana — embora, neste caso, o historiador deva estar atento a um tratamento por vezes a-histórico que transparece neste belo livro.⁵² Todavia, como recolha de um repertório milenar de imagens, devidamente

51 Cornelius Castoriadis, *A instituição imaginária da sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982 (original: 1975).

52 Gilbert Durand, *As estruturas antropológicas do imaginário*, Lisboa, Presença, 1989 (original: 1960).

classificadas e interconectadas, esta obra é imprescindível. A noção de imaginário é polêmica. Por um lado conserva interfaces com a noção de “representação”, e em algumas situações os campos originados por estes dois conceitos se invadem reciprocamente. Jacques Le Goff destacava que “o imaginário pertence ao campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra”.⁵³ Para o historiador francês, como aliás para Castoriadis, o imaginário não pode ser examinado como algo estático. De certo modo, demarca-se aqui uma distância entre a maior fluidez do imaginário e a maior imobilidade das mentalidades, noção que tende a evocar mais enfaticamente uma ideia de maior permanência em uma duração mais longa. Alguns autores chegam a entender as mentalidades, com algum equívoco, como uma zona de certa inércia, a última a se mover na história.⁵⁴

Por ora, consideraremos o imaginário como um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas. De acordo com esta definição, existe uma interface possível do imaginário não apenas com o campo das “representações”, mas também com o âmbito dos “símbolos”. Neste sentido, deveremos lembrar que é possível se falar em “simbólico” apenas quando um objeto, imagem ou representação são remetidos a uma dada realidade, ideia ou sistema de valores que se quer tornar presente (a espada como símbolo da justiça). Uma imagem, portanto, pode se ver revestida de significado simbólico, conforme veremos adiante com o exame de algumas imagens apropriadas politicamente. A noção de imaginário, de qualquer modo, é complexa e aberta a sentidos diferenciados, o que não impediu que tenha gerado uma dimensão historiográfica

53 Le Goff, *O imaginário medieval*, Lisboa, 70, 1995, p. 12 (original: 1985).

54 Jacques Le Goff, historiador que nitidamente prefere a história do imaginário à história das mentalidades, é um dos autores que tendem a enxergar as mentalidades como uma zona de inércia: “A inércia, força capital na história, fato mais referente ao espírito que à matéria, uma vez que esta evolui frequentemente mais rápido que o primeiro. Os homens servem-se das máquinas que inventam conservando as mentalidades anteriores a essas máquinas. Os automobilistas têm um vocabulário de cavaleiros; os operários das fábricas do século XIX, a mentalidade dos camponeses, seus pais e avós. A mentalidade é aquilo que muda mais lentamente. História das mentalidades, história da lentidão na história”. Le Goff, “As mentalidades: uma história ambígua”, p. 72. Historiadores mais constantes na linha de investigação relacionada às mentalidades, como Philippe Ariès e Michel Vovelle, tendem a se opor às leituras que exageram a “força de inércia” no âmbito das mentalidades. Vovelle, “História e longa duração”, p. 383.

importante. Para encontrar uma obra precursora no campo da historiografia, devemos voltar mais uma vez ao clássico de Johannes Huizinga, escrito em princípios do século XX e traduzido para o português com o título *O declínio da Idade Média* (1919). Nesta obra, que também prenuncia a ideia de uma mentalidade coletiva, o historiador holandês circula livremente entre as imagens visuais e verbais perceptíveis através da produção cultural das sociedades franco-flamengas de fins da Idade Média, antecipando em décadas um campo histórico que só passaria a receber uma atenção mais sistemática dos historiadores a partir da década de 1960. Suas fontes são constituídas tanto de textos literários como de iconografias. Adicionalmente, Huizinga também toca na questão de certos modos de sentir que seriam comuns a todos os homens medievais, o que o coloca também, como já fizemos notar, como um precursor da história das mentalidades.

Tal como se disse, os primeiros domínios temáticos a serem percorridos pela moderna história do imaginário coincidiram de alguma forma com aqueles que começaram a ser desbravados pelos primeiros historiadores das mentalidades na década de 1960 — a história da morte e as práticas mágicas são exemplos típicos. O micro-historiador italiano Carlo Ginzburg, por exemplo, ocupou-se de recuperar um imaginário das práticas de feitiçaria em *Os andarilhos do bem* (1966).⁵⁵ Todavia, embora existam alguns objetos em comum, a história do imaginário guarda certa distância a ser bem compreendida em relação à história das mentalidades.⁵⁶ Esta última está muito associada à ideia de que existe em qualquer sociedade algo como uma “mentalidade coletiva”, que para alguns seria uma espécie de estrutura mental que só se transforma muito lentamente, às vezes dando origem a permanências que se incorporam aos hábitos mentais de todos os que participam da formação social (apesar de transformações que podem se operar mais rapidamente nos planos econômico e político).

55 Ginzburg, *Os andarilhos do bem*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991 (original: 1966).

56 Estas zonas de imbricamento e de partilhas temáticas entre a história do imaginário e a das mentalidades podem ser percebidas em certas hesitações de Evelyne Patlagean, encarregada de elaborar o ensaio sobre história do imaginário para a coletânea *La Nouvelle Histoire*, de 1978 — a mesma que também possui um ensaio de Philippe Ariès sobre a história das mentalidades”. No artigo de Patlagean, acham-se corretamente inventariados certos temas típicos do imaginário — como os bestiários medievais, as imagens do fabulário, os horizontes oníricos de cada sociedade, as visões do purgatório e do paraíso, as imagens plasmadas em iconografia. Mas então vemo-la citar as “atitudes diante da morte”, em perspectivas e autores que já tipicamente se relacionam à história das mentalidades (como os trabalhos de Vovelle e de Mandrou, que inclusive são reivindicados como obras de história das mentalidades por Philippe Ariès, no mesmo livro). Evelyne Patlagean, “A história do imaginário”, in: Le Goff (Org.), *A História Nova*, São Paulo, Martins Fontes, 1990, p. 291-312.

A história do imaginário não se ocupa propriamente (ou pelo menos não necessariamente) destas longas durações nos modos de pensar e de sentir, mas sim da articulação das imagens visuais, verbais e mentais com a própria vida que flui em uma determinada sociedade. Foi o que Jacques Le Goff pretendeu fazer em sua obra *O nascimento do purgatório* (1981), em que busca investigar a mútua interação entre o imaginário religioso medieval e a sociedade que o produziu.⁵⁷ Por outro lado, nota-se que em geral os historiadores das mentalidades estão sempre no encalço de algo que, grosso modo, é bem mais abstrato do que as imagens bem definidas investigadas pelos historiadores do imaginário. A história das mentalidades busca captar modos coletivos de sentir (a história de um sentimento como o “medo”), padrões de comportamento e atitudes recorrentes (os complexos mentais e emocionais que estão por trás das crenças e práticas da feitiçaria, as atitudes do homem diante da morte). Já a história do imaginário volta-se para objetos mais definidos: um certo padrão de representações, um repertório de símbolos e imagens com a sua correspondente interação na vida social e política, o papel político ou social de certas cerimônias ou rituais, a recorrência de determinadas temáticas na literatura, a incorporação de hierarquias e interditos sociais nos modos de vestir, a teatralização do poder. De todo modo, tanto a história das mentalidades como a história do imaginário constituíram dois importantes campos para os historiadores da terceira geração dos *Annales*.

À guisa de conclusão

A *Nouvelle Histoire*, e a Escola dos *Annales* como um todo, foi espaço para desenvolvimento de trabalhos historiográficos em muitos campos. A história cultural, uma nova história política, a já examinada história econômica, a história regional e a geo-história (às quais retornaremos oportunamente), estes e muitos outros campos históricos foram importantes para a Escola dos *Annales*. A história das mentalidades, que examinamos mais detidamente no último item deste artigo, foi apenas um destes vários campos, e um dos que adquiriu maior destaque a partir das realizações dos terceiros annalistas. Concluiremos este artigo com uma questão importante. Se a história total é o ponto de discordância maior entre

57 Le Goff, *O nascimento do purgatório*, Lisboa, 70, 1990 (original: 1981).

as primeiras gerações dos *Annales* e a *Nouvelle Histoire*, a interdisciplinaridade é o aspecto maior que as une, e que nos permitiria falar de toda esta contribuição que envolve quatro gerações de historiadores franceses como um único movimento. Todos os estudiosos do movimento dos *Annales* são unânimes em apontar a interdisciplinaridade como o grande traço de identidade que de alguma maneira unifica todo o movimento dos *Annales*, sincronicamente e diacronicamente. A interdisciplinaridade, de certo modo, assegura ainda a possibilidade de unir os vários aspectos atrás referidos: a história-problema, o caráter construtivo (e não reconstitutivo) da História, a ampliação de fontes históricas (e de metodologias para a sua abordagem), e, por fim, a expansão dos campos históricos e das possibilidades de objetos de estudo disponíveis ao historiador. Naturalmente que a interdisciplinaridade não foi exclusiva dos *Annales*, pois os novos tempos a requeriam em alguma medida e historiadores diversos não deixaram de dialogar com outros campos disciplinares mesmo fora dos *Annales*, sobretudo no âmbito do materialismo histórico. Mas a questão é que o movimento historiográfico dos *Annales* insistiu ostensivamente neste aspecto como um traço constituinte da sua própria identidade, e isto é o que mais importa aqui. O fato de que todos os historiadores das primeiras gerações dos *Annales* praticaram a interdisciplinaridade, e também boa parte de seus herdeiros, é de grande relevância; mas mais relevante ainda é que os fundadores dos *Annales*, e também as gerações posteriores, procuraram chamar atenção para este aspecto como um traço constitutivo de sua própria identidade. Não bastava praticar a interdisciplinaridade; era preciso, para os *Annales*, fazer da interdisciplinaridade um traço característico de sua identidade: algo que pudesse ser contraposto como uma “marca” dos *Annales*, ainda que a interdisciplinaridade também estivesse “fora” dos *Annales*. Assim, para os *Annales*, a Interdisciplinaridade foi uma “prática”, mas também assumiu um lugar importante no âmbito da “representação” de sua própria imagem.

Henri Berr, no projeto interdisciplinar proposto pela *Revue de Synthèse*, fundava a sua noção de interdisciplinaridade basicamente na busca de um método em comum, contrastando com o padrão de interdisciplinaridade que seria proposto pelos *Annales*, estabelecido principalmente em torno de um objeto de análise em comum. Para Lucien Febvre, esse objeto em comum — com a Economia, a Geografia, a Sociologia, em um primeiro momento — implicaria em uma espécie de “troca de

serviços” entre as diversas Ciências Sociais.⁵⁸ Ao eleger como sua preocupação fundamental o homem enquanto “ser social” (e não mais as elites e instituições políticas que ocupavam o centro das atenções dos historicistas tradicionais), a Escola dos *Annales* estabeleceria a sua dimensão interdisciplinar como um dos traços mais fortes e característicos do seu programa de ação. A expansão dos campos históricos para além da tradicional história (da) política na qual se concentrava a historiografia metódica tradicional torna-se uma consequência imediata. Do diálogo e da constituição de um objeto em comum entre a História e a Economia, a Sociologia, a Geografia, surgem como novas modalidades históricas, respectivamente, a história econômica, a história social, a geo-história. Breve, com a ampliação do diálogo em direção à Antropologia e à Demografia, surgiriam de um lado a história antropológica e a história cultural, e de outro lado a história demográfica. Estes novos espaços intradisciplinares são os sintomas mais claros de uma historiografia que agora se afastava da Filosofia — principal espaço de diálogo para o historicismo — e que se tornava uma Ciência Social, como as outras.⁵⁹

A interdisciplinaridade é de fato um inquestionável traço de união entre os historiadores da primeira geração dos *Annales* e os historiadores da *Nouvelle Histoire*, aos quais muitos se referem como terceiros e quartos *Annales*, terminando por se tornar a característica mais saliente dos *Annales*, em todas as suas gerações. Por outro lado, o fenômeno da interdisciplinaridade impõe que recoloquemos a questão em maior nível de abrangência. Se os *Annales* constituíram uma certa vanguarda para a instituição da Interdisciplinaridade como um ambiente fundamental para o desenvolvimento da historiografia contemporânea, sobretudo nos países do sul da Europa, além da França, é preciso ter consciência de que essa nova instância do saber histórico terminou por ser uma conquista de todos. Em distintas correntes que incluem as novas escolas do materialismo histórico, os *Annales* e a micro-história italiana,⁶⁰ apenas para mencionar três das mais importantes, pode-se dizer que toda a historiografia do século XX abriu os olhos para os benefícios da interdisciplinaridade.

58 Sobre esta questão, ver Jacques Revel, “História e Ciências Sociais: os paradigmas dos *Annales*”, in: *A invenção da sociedade*, Lisboa, Difel, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990, p. 13-41.

59 Esta questão é examinada em Ferro, “Des Annales à la Nouvelle Histoire”, in: *Philosophie et Histoire*, Paris, Descamps, 1987, p. 37-45.

60 Sobre a micro-história italiana, ver Lima, *A micro-história italiana*.

Ao lado disto, sabemos que uma das marcas da historiografia do século XX foi a gradual ampliação do universo de tipos de fontes disponíveis aos historiadores. Essa ampliação, que podemos entender como uma “expansão documental” (se tomarmos a expressão “documento” como sinônimo de “fonte histórica”), foi também uma conquista de todos. Devemos tratá-la deste modo, como um movimento geral da historiografia, lembrando que também aqui temos mais um dos traços de continuidade entre a terceira geração dos *Annales* e as que lhe precederam. Por outro lado, é importante lembrar que os historiadores da *Nouvelle Histoire*, bem representados por Jacques Le Goff no “prefácio” de 1978, deixaram entrever a ideia de que o aspecto da metodologia de tratamento de fontes históricas era um item do programa dos *Annales* que ainda precisaria ter mais desenvolvimento, o que se faria precisamente a partir da nova geração que assumira a direção do movimento em 1969. No texto em questão, no qual Le Goff faz simultaneamente um balanço do movimento e a confirmação do programa dos *Annales*, há um desfecho bastante interessante. Depois de apontar todas as conquistas dos *Annales* a partir dos vários itens do seu programa, Le Goff indica três itens que ainda mereceriam maior desenvolvimento — a concretização efetiva de condições para incluir na pauta dos historiadores uma correta história comparada, a exploração de novas e mais criativas formas de lidar historiograficamente com o tempo, e o desenvolvimento de uma metodologia mais consciente para a análise de fontes históricas.⁶¹ São como que três promessas que não haviam sido cumpridas pelas duas primeiras gerações do movimento, e que, agora, caberia à terceira geração do dos *Annales* cuidar para que recebesse o desenvolvimento adequado.

61 Marc Bloch fora, depois de Henri Pirenne, um dos primeiros historiadores do século XX a discorrer sobre a possibilidade de um novo campo de estudos. Inspirado por uma palestra proferida por Pirenne sobre as possibilidades de uma história comparada, e no contexto de um entreguerras que levava alguns historiadores a questionar os malefícios de uma história nacionalista, Bloch escreve *Os reis taumaturgos*, uma obra na qual pretende investir no modelo comparatista. Depois, em 1828 e 1930, escreve dois importantes artigos teóricos sobre o assunto. Ver Henri Pirenne, “De la méthode comparative en histoire”, in: Guillaume Des Marez e François-Louis Ganshof (Orgs.), *Compte-rendu du V^e Congrès des Sciences Historiques*, Bruxelles, M. Weissenbruch, 1923, p. 19-32; Bloch, *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio (Inglaterra e França)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993 (original: 1924). Na época da História Nova, nos anos 1970, ficava claro, contudo, que algumas questões ainda precisavam ser mais bem colocadas tanto na teoria como na prática da história comparada. A principal delas pode ser resumida no lema “comparar o comparável”, que Marc Bloch postulava e que Le Goff menciona no seu prefácio-manifesto. O uso indiscriminado da comparação, sem uma maior consciência e sistematização teórica, poderia levar a anacronismos. Le Goff menciona este problema em seu texto, e dá mostras de crer que a atenção ao lema de “comparar apenas o comparável” ainda apresentava desenvolvimentos insuficientes na historiografia dos *Annales*. Le Goff, “A História Nova”, p. 168. Sobre esta questão, ver Marcel Detienne, *Comparer l’incomparable*, Paris, Seuil, 2000.

A primeira delas é precisamente o item que se refere à metodologia das fontes. Jacques Le Goff chega a falar, aqui, em uma nova concepção de documento, uma temática na qual Febvre insistira algumas vezes, mas que, no entender de Le Goff, não havia sido alcançada com uma distância significativa em relação às concepções que já eram trazidas pelos historicistas da antiga escola alemã:

Uma nova concepção do documento, acompanhada por uma nova crítica deste. O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, parcialmente determinado ele próprio por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado tanto para impor uma imagem desse passado como para dizer a “verdade”. A crítica tradicional dos documentos forjados (e Marc Bloch quase não a superou em *Apologia da História*) é muito insuficiente. É preciso desestruturar o documento para entrever suas condições de produção. Quem detinha, em dada sociedade do passado, a produção de testemunhos que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se documentos da história? É a partir da noção de documento/monumento, proposta por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber*, que a questão precisa ser considerada. Ao mesmo tempo, é preciso localizar, explicar as lacunas, os silêncios da história, e fundamentá-la tanto nesses seus vazios como na densidade daquilo que sobreviveu.⁶²

Entre as conquistas dos *Annales* que se universalizaram, existe ainda uma outra: a percepção de não apenas o tempo é vital para a historiografia, mas também o espaço, constituiu um aspecto para o qual colaboraram os três maiores nomes dos *Annales* — Febvre, Bloch e Braudel — mas também muitos dos novos historiadores dos terceiros *Annales*. O surgimento da história regional, por exemplo, nova possibilidade de recorte do espaço para a historiografia, foi uma destas contribuições.

recebido em 25/12/2012 • aprovado em 05/04/2013

62 Le Goff, “A História Nova”, p. 168.